

Orientação sobre segregação de função: Conflito de portaria, impedimentos legais.

3 mensagens

Izaque Oliveira da Silva <izaque.oliveira@ifam.edu.br>
Para: Gestão de Contratos <contratos.cco@ifam.edu.br>

1 de novembro de 2024 às 10:50

Prezado Gestor de Contratos,

Ao cumprimentá-lo cordialmente sirvo-me do presente para pedir orientação de vossa senhoria sobre impedimentos legais referentes a conflitos de portarias: CEOF substituto, Chefia DAP substitutos e Fiscal de Contratos Administrativos.

Tais esclarecimentos visam cumprir com um dos princípios da Administração Pública (Princípio da Legalidade). Em anexo estão minhas portarias: Coordenador da CEOF, substituto; Chefe do DAP substituto, Fiscal Técnico Prest Service, Fiscal Administrativo DF TURISMO, Fiscal Técnico LIMPEX.

Sendo o assunto para o momento.






Respeitosamente,

--

IZAQUE OLIVEIRA DA SILVA

Técnico em Contabilidade IFAM Campus Coari
SIAPE 3350663

5 anexos

-  **PORTARIA Nº 1.368_GR_IFAM, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024 - PORTARIA Nº 1.368_GR_IFAM, DE 25 DE SETEMBRO DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional.pdf**
88K
-  **PORT.Nº.154 - FISCAIS PREST SERVICE MAO DE OBRA - MOTORISTAS_assinado.pdf**
316K
-  **PORT.Nº.177-FISCAL DE CONTRATO-EMPRESA ROSINEIDY SOUZA DINIZ - IZAQUE OLIVEIRA DA SILVA E IVANELISON MELO DE SOUZA_assinado (1).pdf**
325K
-  **PORT.Nº.275- FISCAIS DE CONTRATO- DF TURISMO E EVENTOS LTDA_assinado.pdf**
357K
-  **PORT.Nº.179 DESIGNAR IZAQUE OLIVEIRA DE SOUZA SUB IMEDIATO CEOF_assinado.pdf**
361K

Gestão de Contratos <contratos.cco@ifam.edu.br>

1 de novembro de 2024 às 11:30

Para: Izaque Oliveira da Silva <izaque.oliveira@ifam.edu.br>

Cc: DAP IFAM CCO <dapcoari@ifam.edu.br>, Direção Geral - IFAM CCO <diretorcoari@ifam.edu.br>

Prezado servidor,

Em resposta ao vosso e-mail, o qual solicita orientações quanto aos impedimentos legais referentes a conflitos de portarias: CEOF substituto, Chefia DAP substitutos e Fiscal de Contratos Administrativos.

Informo que a Administração deve se pautar pelos princípios escritos e implícitos, entre os quais está a segregação de funções.

Em linhas gerais, a segregação de função é um princípio do controle interno que estabelece a separação de atribuições entre servidores distintos nas várias fases de um determinado processo. No trâmite para aquisição de bens e serviços, por exemplo, este princípio estabelece que cada etapa de processamento da despesa (autorização, aprovação, execução, controle e contabilização) deve ser desempenhada por diferentes agentes públicos.

De acordo com orientação disponível no sítio do Conselho Nacional do Ministério Público - "Segregação de funções: como distribuir atividades", deve ocorrer a devida segregação entre as funções de controle e as diversas áreas administrativas. Além disso, a própria área administrativa deve ter sua responsabilidade dividida entre as atividades de finanças, contabilidade, recursos humanos, guarda patrimonial, licitação e entre o empenho, a liquidação (recebimento), o pagamento e a conferência (conformidade).

Entre os exemplos das diversas aplicações da segregação de funções que podem ser encontrados em julgamentos dos Tribunais de Contas e órgãos de controle, temos:

A administração não deve nomear, para a fiscalização e acompanhamento dos contratos, servidores que tenham vínculo com o setor financeiro da unidade, sobretudo, aqueles que são diretamente responsáveis pelo processamento da execução da despesa. (Acórdão TCU nº 4.701/2009 - 1ª Câmara)

O princípio da segregação das funções foi positivado em nosso ordenamento jurídico com o advento da Lei nº 14.133/2021 que, em seu artigo 5º, assim dispôs:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Por sua vez, o artigo 7º do referido diploma legal, ao tratar do tema assim estabelece:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no caput e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

No âmbito infraconstitucional, o artigo 12 do Decreto nº 11.246/2022 trouxe o conceito do princípio em análise, bem como critérios para sua aplicação. Vejamos:

Art. 12. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I – será avaliada na situação fática processual; e

II – poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

Dessa maneira, cabe ao Ordenador de Despesas, autoridade máxima do campus, promover a correta aplicação do princípio da segregação de função, buscando reduzir as oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e de ocultar erros ou fraudes no curso normal das suas funções.

Sendo o assunto para o momento, colocamo-nos à disposição para o que for necessário.

Atenciosamente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Roneison Batista Ramos

DAP - IFAM CCO <dapcoari@ifam.edu.br>
Para: contratos.cco@ifam.edu.br

2 de novembro de 2024 às 10:07

Sua mensagem Para: DAP - IFAM CCO Assunto: Re: Orientação sobre segregação de função: Conflito de portaria, impedimentos legais. Enviada em: 01/11/2024, 11:30:26 GMT-4 foi lida em 02/11/2024, 10:07:29 GMT-4